

**INTERFACE ENTRE ASSOCIAÇÃO,  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIVISÃO  
SEXUAL DO TRABALHO**

***INTERFACE BETWEEN ASSOCIATION, PUBLIC  
ADMINISTRATION AND SEXUAL DIVISION OF  
LABOR***

**CRISTIANE NATALÍCIO DE SOUZA**

Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa  
Professora do Curso de Economia Doméstica - UFV  
[cristiane.souza@ufv.br](mailto:cristiane.souza@ufv.br)

Recebido em: 07/11/2009

Aprovado em: 05/07/2010

**ISSN 2175-5787**

## Resumo

Com esta pesquisa<sup>1</sup>, buscou-se investigar, em uma Associação de Artesãos do município de Viçosa, MG, constituída, principalmente, por "mulheres", aspectos da economia solidária que orientam a divisão sexual do trabalho, bem como investigar a interface entre associação e administração pública. Os dados apreendidos por meio da observação direta, entrevista semi-estruturada, análise documental e história oral possibilitaram refletir, problematizar e construir uma análise relacional que realça as pluralidades subjetivas que singularizam determinadas formas de experimentar o "ser mulher". Uma discussão que reforça a condição feminina como historicamente construída e, por isso, possível de ser negociada. Contudo, os resultados enfatizam a importância de pesquisas que possam refletir sobre aspectos, simbólico e valorativo, da divisão sexual do trabalho, como construções particulares e contextuais de grupos sociais.

**Palavras-Chaves:** Associação. Administração Pública. Gênero.

## Abstract

In this study, we investigated, through an Association of Artisans in the municipality of Viçosa, MG, consisting mainly of "women", aspects of economic solidarity underlying the, as well as investigated the interface between associations and public administration. The data obtained through direct observation, semistructured interviews, document analysis, and oral history enabled us to reflect, discuss and build a relational analysis that emphasizes the subjective pluralities that accentuates the subjective pluralities which singularize determined forms of experiencing "a woman." It is a discussion that reinforces the historically constructed status of women which can therefore can be negotiated. However, the results emphasize the importance of research which may reflect the symbolic aspects of values and the sexual division of labor, such as particular and contextual constructions of social groups.

**Key-Words:** Association. Public Administration. Gender.

---

<sup>1</sup> O trabalho é parte de uma pesquisa financiada pela FAPEMIG.

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com Eunice Durham (1983, p. 30) grupos denominados famílias, são estruturados pelos princípios de aliança entre seus membros e organizados internamente pela divisão sexual do trabalho. São orientados, em parte, pelo modelo de família vinculado à elaboração cultural do fenômeno da reprodução biológica. Um modelo que reforça a necessidade da “mulher”, responsável pela reprodução biológica, em educar e cuidar da saúde dos seres humanos no domicílio. Aos “homens” de prover, através do trabalho realizado “fora de casa”, como chefe de família, o sustento de sua esposa e de sua prole. Nas palavras de Durham, *a ocupação feminina é definida como “ajuda” ao marido e, portanto subordinada e meramente complementar no que diz respeito à manutenção da casa* (1983: 33).

A Historiadora Margareth Rago (1998) discute a inter-relação entre divisão sexual do trabalho e industrialização. A autora considera insustentável a difundida tese de que a industrialização provocou a separação e a hierarquia entre trabalho realizado “fora de casa” e trabalho doméstico. Conforme esta autora:

(...) o discurso masculino, que estabeleceu a inferioridade das mulheres, definiu a madeira e os metais como dos homens, bem como a família e o tecido como das mulheres; provocou uma divisão sexual da mão-de-obra no mercado de trabalho, reunindo as mulheres em certos empregos socialmente desvalorizados e estabeleceu seus salários em níveis insuficientes para sua subsistência (RAGO, 1998, p. 07).

A pouca participação da “mulher” no mercado de trabalho no início da Revolução Industrial, reforçada pela imposição de um modelo que associava o trabalho feminino ao ambiente doméstico deixa, em parte, de ser realidade principalmente em função do processo de reestruturação produtiva iniciado na década de setenta que forçou o crescimento da taxa de atividade feminina. O contínuo aumento do número de “mulheres” contratadas para exercer atividades no setor público encontra explicações numa combinação de fatores econômicos, demográficos e culturais que vêm ocorrendo na sociedade brasileira (WAJNMAN; PERPÉTUO, 1997). De acordo com estes autores as crises econômicas e a conseqüente necessidade de complementar a renda familiar serviu de estímulo para que as “mulheres” ingressassem no mercado de trabalho.

Costa (1990) argumenta sobre as profundas transformações nos padrões de comportamento das “mulheres”, influenciados pelos movimentos feministas nos anos setenta, que ocasionou maior participação feminina no mercado de trabalho. Além disso, menciona a

produção e a comercialização crescente de tecnologias que serviram para facilitar o trabalho doméstico e, com isso, proporcionar maiores possibilidades da “mulher” se dedicar às atividades produtivas.

Bruschini (1996) discorre sobre o aumento do nível de escolaridade e a queda da taxa de fecundidade, em função de práticas contraceptivas, como outra ocorrência que estimulou o emprego feminino no setor público. Para este autor, as “mulheres” passaram a ter menos filhos, tornando-se mais disponíveis para exercer atividades econômicas.

A socióloga Helena Hirata (2001), argumenta sobre a globalização que, segundo esta autora, intensificou, nos anos noventa, a participação feminina no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto informais da economia, com efeitos desiguais para o emprego masculino e o feminino. A liberalização do comércio entre os países e a intensificação da concorrência internacional gerou como consequência o aumento do emprego e do trabalho remunerado das “mulheres” a nível mundial.

O jornalista Antônio Góis (2009) publicou no jornal “Folha de São Paulo” pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 1982 e 2007, que aponta maior participação feminina no mercado de trabalho e aumento do número de “mulheres” que contribuem com a renda total familiar. Além disso, a pesquisa mostra o aumento do desemprego entre novembro de 2008 e janeiro de 2009, que atingiu principalmente sujeitos do sexo masculino, o que indica maior responsabilidade da “mulher” com o orçamento doméstico. Em alguns casos, mesmo quando são responsáveis por exercer atividades remuneradas, ainda, são as maiores responsáveis pelas atividades domésticas.

Apesar de maior participação da “mulher” no mercado de trabalho, essas ocorrências não anulam representações e práticas que reforçam a desigualdade entre “homens” e “mulheres”. Conforme Góis (2009) os rendimentos mensais da “mulher” ainda são inferiores aos dos “homens” nas mesmas ocupações. Para este autor esta desigualdade ocorre até mesmo em atividades onde os sujeitos do sexo feminino são majoritários, como nos serviços domésticos (94% de “mulheres”) e nos serviços de confecção de peças de vestuário (80% de “mulheres”).

Segundo Hirata (2001), esta realidade serve, em muitos casos, para estimular o aumento da ocupação por conta própria, ou seja, a abertura de negócios informais realizados no próprio espaço doméstico em tempo parcial, na maioria das vezes, atividades moldadas pelo tradicional lugar do feminino na esfera da reprodução.

Apesar destas atividades serem consideradas instáveis e com direitos sociais limitados ou inexistentes, podem significar a única possibilidade de obter renda e, por outro lado, permite conciliar trabalho doméstico e trabalho remunerado.

Maria Helena Santana Cruz (2009), mestre em Educação e Sociologia, afirma que a organização de atividades informais pode ser fortalecida mediante estratégias de redes sociais (relações sociais informais), com a formação de associações e cooperativas, que se fortalecem, conforme esta autora, a partir de vínculos pessoais dos envolvidos e do apoio da administração pública.

No município de Viçosa, MG, foi fundada no ano de 1993, a Associação dos Artesãos e Produtores de Alimentos Caseiros da Região de Viçosa/MG – ADAPAC, com apoio da Prefeitura de Viçosa, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Divisão de Assuntos Culturais – DAC. A ADAPAC foi reconhecida como utilidade pública em 29 de junho de 1996, através da Lei Municipal nº 1130/96. Esta associação, constituída principalmente por mulheres, foi fundada com os objetivos principais de aproximar os artesãos de Viçosa e de regiões vizinhas; ajudar os associados na aquisição de matérias-primas; incentivar, dinamizar, estimular e preservar as técnicas tradicionais de produção de artesanatos e de alimentos caseiros. Conforme a presidente desta associação a ADAPAC, após 17 anos da sua fundação, conta com 50 associados cadastrados considerados ativos, ou seja, que participam, com maior frequência, das reuniões organizadas pelos membros dirigentes da Associação.

Diante desta discussão esta pesquisa teve como objetivo geral compreender aspectos da economia solidária que orientam a divisão sexual do trabalho de membros da ADAPAC, bem como investigar a interface entre associação e administração pública. A partir dessas discussões, buscou-se na pesquisa enfatizar uma perspectiva relativista, ou seja, realçar a pluralidade das experiências particulares e as construções contextuais.

Especificamente pretende-se,

- Caracterizar sociocultural e economicamente os membros desta Associação e seus familiares.
- Identificar os artesanatos produzidos e comercializados, bem como compreender a importância desta atividade para a economia familiar.

Diagnosticar condições da associação que fundamentam os trabalhos, doméstico e de produção de artesanato, dos membros deste grupo, bem como compreender, na perspectiva dos sujeitos da pesquisa, a inter-relação entre associação e administração pública.

## 2. CONCEITOS E CATEGORIAS ANALÍTICAS

Para Guacira Louro (2001:21) o conceito gênero refere-se às características que se atribuem ao feminino e ao masculino que são definições históricas e socialmente construídas nas e pelas sociedades. Os termos, feminino e masculino, não são definidos pelas características sexuais que difere corpos de “homens” e de “mulheres”, mas pelas representações e valores socialmente construídos, em uma dada sociedade e em um dado momento histórico, em torno desses dois sexos”.

Nas palavras de Pierre Bourdieu (2003, p. 20-33):

A diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. O trabalho de construção simbólica se complementa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos, isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo (...).

A divisão sexual do trabalho, fundamentada nas construções sociais de gênero, implica, de acordo com Holzmann (2002: 82), na separação entre as atividades consideradas mais apropriadas para “homens” e para “mulheres”. Essa definição varia de uma sociedade para outra, mas comumente às “mulheres” é atribuída a responsabilidade da reprodução e do cuidado com o ambiente doméstico e com os indivíduos nesse espaço. Do “homem”, espera-se que ele consiga um emprego no espaço público para “manter”, financeiramente, as despesas familiares.

Para Nunes (2006) somente com a crescente migração campo-cidade e as intensas mudanças econômicas e sociais que antecederam a Revolução Industrial, as “mulheres” passaram a ofertar, com maior frequência, sua força de trabalho nas fábricas em busca de emprego e salário.

De acordo com Leone e Baltar (2006), apesar de a industrialização, com conseqüente participação das “mulheres” no setor público, ter contribuído para uma relativa independência econômica feminina, não foi suficiente para reverter as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, que passou a se manifestar em salários inferiores, menos direitos trabalhistas e previdenciários, maior índice de desemprego, maior informalização do trabalho e ocupações socialmente compreendidas como de menor prestígio social.

Segundo Alambert (1980) *apud* Nunes (2006), o desenvolvimento do capitalismo industrial no século XIX deve ser compreendido como ocorrência que possibilitou que as

contradições das relações sociais de produção e as desigualdades entre “homens” e “mulheres” fossem reforçadas. O aumento da oferta de trabalhadores no mercado tem contribuído para acentuar a competição e a divisão sexual no espaço produtivo favorecendo as tradicionais e históricas relações de poder entre “homens” e “mulheres”.

Conforme Capitani e Garavelo (2007), o lugar das “mulheres” foi determinado por questões históricas de status que tradicionalmente designaram aos “homens” os postos de comando, as atividades de domínio da ciência e, às mulheres, as atividades auxiliares, de assistentes, na maioria das vezes manuais, muitas vezes, realizadas no próprio ambiente doméstico. Estas habilidades difundidas histórica e culturalmente em relação ao trabalho feminino tendem a se transformar em “competências” naturais das mulheres.

Para Perrot (2005) *apud* Nunes (2006), a Revolução Industrial foi campo importante para reforçar a inferioridade física e biológica da “mulher”. Houve, neste período, fortalecimento da divisão entre as atividades socialmente consideradas viris e masculinas; daquelas realizadas por “mulheres”, consideradas sujeitos frágeis, de maior habilidade e destreza. Com isso, atividades manuais como a produção de artesanato passou a ser considerada, em um grande número de sociedades, mais bem executadas por “mulheres” e, por isso impensável de ser realizada por “homens”, principalmente quando se compreende o trabalho como reforçador de masculinidades.

Segundo Furtado (1994) *apud* Mendes (2005), no Brasil a conceituação do artesanato apresenta concepções distintas que, tanto podem defini-lo como expressão estética e artística, por vezes considerado “irmão pobre” das artes; como manifestação cultural das classes subalternas e elemento construtor do discurso da nacionalidade brasileira; bem como atividades manuais de pequenos empreendedores que aumentam as possibilidades de socialização de indivíduos excluídos.

De acordo com Carvalho (2008:76), no Brasil, a prática de produção artesanal mantém-se mais como forma de marcar a distância da dona-de-casa dos trabalhos braçais sujos, pesados e repetitivos, socialmente reconhecidos como atividades degradantes. O artesanato doméstico tinha que mostrar afinidade com a arte, provando com isso ser uma prática criativa e não repetitiva e manter-se fora do mercado, para não questionar a competência do chefe da família em prover a casa. O trabalho manual doméstico insere a mulher nesse universo simbólico que guarda raízes com o mundo telúrico, nostálgico, estável, que vai estar agora representado pela casa e serve de contrapeso à fluidez da experiência urbana.



Canclini (1997) *apud* Mendes (2005), afirma que o artesanato na maioria das vezes é compreendido a partir da perspectiva que procura reforçar uma oposição entre moderno e tradicional, culto e popular, hegemônico e subalterno. O artesanato produzido, na maioria das vezes, no ambiente doméstico é reforçado como prática feminina tradicional das classes populares e desfavorecidas. Um conceito que serve para legitimar algumas atividades como mais ou menos valorizadas, bem como as posições de “mulheres” e “homens”, naturalizando-as.

A “mulher”, como maior responsável pelas atividades domésticas, para amenizar o peso da dupla jornada de trabalho e as conseqüências negativas de assumir um emprego fora do ambiente doméstico, pode sentir-se estimulada a iniciar negócios próprios, muitas vezes atividades informais realizadas no próprio espaço doméstico e atividades moldadas pelo tradicional lugar do feminino na esfera da reprodução (LEONE e BALTAR, 2006).

A informalidade passa então a ser analisada, conforme Lima (2006), como produto dos processos de reestruturação econômica, do aumento da competitividade mundial, da flexibilização dos mercados e do desemprego estrutural. Ainda de acordo com esta autora, outras formas de trabalho, diferentes daquelas que se fundamentam na relação salarial, são recuperadas com a crise do modelo fordista a partir dos anos 70. Uma delas é a autogestão em economias solidárias de trabalhadores que constituem formas alternativas de ocupação, principalmente de sujeitos do sexo feminino. Este movimento se fortaleceu a partir dos anos 90, como uma alternativa de sistematização de opções de trabalho e renda a partir de formas autogeridas de produção, como resistência ao crescente desemprego e à exclusão social de contingentes cada vez maiores da população.

A autogestão e a cooperação são, de acordo com Singer (1998), acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias para uma experiência de vida laboral, que deixa de ser baseada apenas em aspectos materiais ou monetários. Essa nova visão sobre a relevância do capital social introduzida nas análises econômicas da atualidade tem reforçado a necessidade da intervenção pública, como subsídios ao desenvolvimento das formas de economia solidária.

Para Singer (1998), a proposição expressa é de que potencializando os elementos concretos e abstratos do capital social, é possível incrementar a participações dos agentes econômicos e sociais para a resolução de obstáculos à dinâmica do desenvolvimento. Dessa



forma, o capital social pode ser utilizado pelo indivíduo ou pelo grupo, de forma estratégica para a acumulação de novos recursos produtivos ou outros tipos de capital, com reflexos positivos na eliminação das disparidades. Esta forma de visão propõe uma abordagem inovadora de intervenção do Estado, de modo a propiciar um espaço de negociação em que cada ator possa desenvolver um potencial para melhor se situar na interface através das redes de apoio, capacidades de autogestão, contatos institucionais e sistemas de cooperação. Iniciativas de iniciar redes solidárias isoladas deram lugar a uma realidade que se expande e se dinamiza, motivando a ação de políticas públicas, orientadas para a construção de uma economia alternativa concreta.

Apesar dessas abordagens teóricas que reforçam uma determinada construção em torno da interface entre associação, administração pública e divisão sexual do trabalho, torna-se necessário considerar experiências particulares e contextuais dos sujeitos sociais.

### **3. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA**

Para investigar expressões das relações de gênero que fundamentam inter-relações entre produção artesanal e doméstica, selecionou-se como universo da pesquisa membros da Associação de Artesãos do município de Viçosa, MG.

Compreender significados, diálogos e práticas de um grupo particular foi reforçada pelos dizeres de autores como Touliatos e Compton, citados por D'Ávila (1999), que consideram o estudo de caso uma estratégia de pesquisa especialmente recomendada para a investigação de problemas relacionados ao “como” e ao “por que” de complexos eventos da vida real sobre os quais o pesquisador tem pouco ou nenhum controle. Para Orum, citado ainda por D'Ávila (1999), a utilização dessa estratégia permite examinar um fenômeno particular em sua totalidade e compreender o contexto em que a ação social se realiza.

Os objetivos da pesquisa foram respondidos a partir de entrevistas gravadas, orientadas por roteiro semi-estruturado, com dez membros da associação, interessados em participar da pesquisa; de análise documental e da história oral que permitiu compreender a associação no contexto do município de Viçosa; bem como do acompanhamento de algumas reuniões realizadas entre os membros da associação e da observação direta desses sujeitos, no dia-a-dia do trabalho de produção e comercialização dos artesanatos produzidos.

Os depoimentos dos artesãos associados às observações em campo fizeram suscitar outras questões importantes na concretização do trabalho. A observação direta destes

trabalhadores e as entrevistas foram necessárias para se apreenderem as representações no plano da prática e, conseqüentemente, melhor compreender o mundo dos significados.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em conformidade com a Lei número 9.277, de 10 de maio de 1996, que trata da delegação de exploração de rodovias federais pelos estados, e legislações estaduais específicas, alguns estados desenvolveram programas de concessão de rodovias à iniciativa privada. Neste capítulo, serão analisados os casos de São Paulo, Rio Grande do Sul (com enfoque especial ao Polo de Pelotas) e uma iniciativa do governo de Minas Gerais.

##### **4.1. Perfil sociocultural e Econômico dos Sujeitos da Pesquisa**

Para compreender a relação entre associação, administração pública e divisão sexual do trabalho, buscou-se esboçar o perfil sociocultural e econômico dos dez artesãos que participaram da pesquisa, a partir do cruzamento dos aspectos sobre sexo, idade, estado civil, número de filhos, escolaridade, produção, comercialização e renda, contextualizar a realidade pessoal dos sujeitos da pesquisa.

Os artesãos eram na maioria dos casos (oito informantes) do sexo feminino, o que demonstra que as mulheres predominavam nessa atividade. No grupo, detectou-se a presença de membros com idade entre 34 e 65 anos.

No que diz respeito ao estado civil, todos os informantes eram casados. Neste grupo a maioria (nove casos) tinha entre dois e quatro filhos. Três artesãos informaram, ainda, terem além de filhos, netos morando em suas residências.

Quanto ao nível de escolaridade, oito informantes declararam ter o ensino fundamental (1ª a 8ª série) completo. Apenas um artesão do sexo masculino e sua esposa, também artesã, tinham completado o nível superior. Quanto à escolaridade dos oito cônjuges que não trabalhavam com artesanato, a maioria (sete casos) tinha menos anos de estudos do que suas esposas artesãs, tendo o ensino fundamental ou médio incompletos.

Os artesãos que dedicavam entre cinco e 14 horas diárias para produzir, na maioria das vezes, na sua própria residência os artesanatos, obtinham, mensalmente, com a venda desses artigos uma renda que variava de R\$ 80,00 a R\$ 1275,00. Esta renda foi considerada, conforme oito informantes, complementar à principal fonte de renda de sua família,

proveniente do trabalho com carteira assinada realizado “fora” do espaço doméstico pelo seu cônjuge. O casal de artesãos explicitou como principal fonte de renda da família o dinheiro recebido de suas aposentadorias.

Os artesanatos produzidos eram comercializados em barracas montadas, aos sábados e feriados na praça principal do município de Viçosa, entre 8:00 e 13:00h. Além da comercialização neste local, os artesãos alocavam, no natal, um ponto comercial, localizado no centro deste município, para exposição conjunta de seus produtos. Outros artesãos disseram comercializar os produtos, também, em sua residência, durante a Semana do Fazendeiro<sup>2</sup> e, individualmente, em um ponto comercial.

Discutir o perfil sociocultural e econômico dos sujeitos sociais da referida pesquisa deve ser entendida como condição necessária para se compreender a relação entre produção artesanal e divisão sexual do trabalho.

#### **4.2. Associação, Divisão Sexual do Trabalho e Administração Pública**

Entre os artesanatos produzidos e comercializados por artesãos, membros da associação ADAPAC do município de Viçosa, MG, estavam artigos para decoração de ambiente doméstico como quartos de bebês e cozinhas, bem como artigos do vestuário pessoal, como lingerie, colares, cachecóis e toucas. Na maioria dos casos os artefatos artesanais eram fabricados com fios, tecidos e massa de biscoito. Os artigos de tecidos eram incrementados com crochê, tricô, macramê, pinturas e *patchwork*. Apenas uma artesã e um informante do sexo masculino usavam madeiras como matérias-primas para a produção de caixas, miniaturas de carros de bois e oratórios. Este artesão além de falar dos produtos que produzia argumentou sobre o critério que orientava a divisão do trabalho de produção de artesanatos entre ele e sua esposa, também artesã. Nas palavras deste informante, “*sua parte fazia sozinho e sua “mulher” era responsável por produzir artesanatos mais delicados, geralmente feitos com tecidos*” (M, 65 anos e ensino superior).

Vânia Carneiro de Carvalho (2008:78) ao discutir a sexualidade dos artefatos argumenta sobre a ausência de distinções entre casa e corpo feminino ao observar a similaridade entre trabalhos manuais confeccionados para a casa e aqueles produzidos como adereço pessoal. Ainda conforme esta autora, este trabalho geralmente realizado por mulheres

---

<sup>2</sup> A Semana do Fazendeiro é realizada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV, MG) desde 1929. É uma atividade de extensão que busca difundir conhecimentos técnicos de diversas áreas de atuação da UFRV, visando melhorias na produtividade rural, além de contribuir para o bem-estar do produtor e de sua família.

é compreendido como dom intrínseco ao ser feminino, que precisa apenas ser educado para que o talento inato se desabroche.

Na referida pesquisa, a presença de dois homens no grupo reforça a necessidade de repensar esse discurso que evoca o trabalho manual como habilidade inata ao sexo feminino. Por outro lado, considerar as negociações de homens que iniciam na produção de artesanato, como por exemplo, a de se dedicar à produção de objetos mais próximos do repertório masculino.

No que se referem ao aprendizado das técnicas, a maioria dos informantes (nove casos) explicitou ter iniciado a partir da observação de práticas de outros sujeitos sociais. Acreditavam que foram aprimorando, sozinhos, suas técnicas com as experiências vivenciadas pelas tentativas, erros e acertos de praticar a produção manual. Dois informantes mencionaram terem realizado pesquisas em revistas que propunham ensinar técnicas de artesanato. Um deles considerava estas informações superficiais. Um artesão mencionou, também, ter aprendido algumas técnicas em cursos. Mesmo que a maioria dos artesãos tivesse explicitado ter “facilidade” de aprender sozinhos, todos sentiam necessidade de fazer cursos para conhecer técnicas novas, aperfeiçoar o que já faziam e, com isso, aumentar o valor de seus produtos. De acordo com todos os informantes, no município de Viçosa, poucas possibilidades de cursos eram oferecidas aos artesãos. Além disso, grande parte dos associados que expunham seus produtos manifestaram o interesse em ensinar o que sabiam para divulgar o trabalho realizado e contribuir com a geração e incremento de renda de outras famílias. Esse interesse reforça um dos objetivos expostos no estatuto da associação que propõe divulgar aspectos da cultura do município de Viçosa, MG.

Os artesãos que produziam artefatos artesanais a mais de cinco anos, começaram a comercializar esses produtos pela necessidade de aumentar a renda familiar. Oito artesãos justificaram a importância dessa renda afirmando, por exemplo, que o dinheiro, obtido com esta atividade, associado aos outros rendimentos financeiros da família permitia aos membros terem uma vida melhor. Nesse grupo, duas informantes reforçaram esses depoimentos dizendo que o dinheiro estava ajudando no pagamento de dívidas e possibilitando investir na construção da casa própria. Além disso, um artesão do sexo masculino considerava essa produção necessária para complementar a renda recebida com a sua aposentadoria.

Além de fonte de renda a prática de produzir artesanato foi, também, considerada, por todos os informantes, uma “terapia”. De acordo com algumas informantes, uma ocupação necessária para que elas pudessem descansar do serviço doméstico. Nas palavras de uma

informante “*gosto de fazer artesanato porque é uma terapia. Bom para quem faz serviço doméstico cansativo e repetitivo*” (F, 56 anos, ensino superior).

Sete informantes, todos do sexo feminino, gostavam de dedicar à produção de artesanato, pela possibilidade que tinham de trabalhar em suas próprias residências. Nas palavras da presidente da associação, “*pela possibilidade que tinham de controlar o seu próprio horário de trabalho*”. A produção artesanal realizada na própria residência permitia as artesãs fazerem as atividades domésticas, sem ter que contratar uma funcionária e, também, produzirem somente nos dias que estivessem dispostas. Nas palavras de uma das informantes:

Com a produção e a comercialização de artesanatos posso obter renda trabalhando em casa e, com isso, controlar meu tempo e horário de trabalho e, desta forma, realizar as tarefas domésticas. Tive oportunidade de trabalhar fora, mas eu preferi ainda ficar com o artesanato por causa disso, questão de tempo, posso ficar dentro de casa e tomar conta da casa (F, 34 anos, ensino médio incompleto).

Uma artesã, para amenizar o peso da obrigação de realizar trabalho doméstico e conseguir maior rendimento na produção, mencionou alocar um ponto comercial para confeccionar seus produtos, já que “*fora de casa*” poderia dedicar maior parte do seu tempo na realização dessa atividade. Essa informação foi reforçada, em certa medida, pelos depoimentos relacionados à produtividade dos artesãos já que esta informante foi a que declarou produzir um maior número de peças.

A possibilidade da mulher, responsável pelo trabalho doméstico, reduzir a sobrecarga desta atividade, pelo seu envolvimento na produção artesanal, permite refletir, problematizar e construir uma análise relacional que realça as pluralidades subjetivas que singularizam determinadas formas de experimentar o “*ser mulher*”.

No grupo das oito artesãs, todas explicitaram receber ajuda de seus cônjuges para realizar as atividades domésticas, mas na maioria dos depoimentos foi evocada a pouca frequência desta participação. Algumas vezes essa pouca contribuição foi justificada em função de ser o trabalho diário do cônjuge realizado no mercado de trabalho. Por isso, ele ficava impossibilitado de contribuir mais no trabalho doméstico. Na maioria dos casos a pouca contribuição masculina esteve relacionada à história de socialização de sujeitos identificados como “*homens*” que eram, conforme as informantes, educados para o trabalho fora do espaço doméstico. Nas palavras de uma das artesãs, “*meu marido não contribui com as atividades domésticas porque ele foi criado assim, com as mães e as irmãs fazendo tudo. De vez em quando ele faz comida, mas é quando é para ele, ele faz é para ele*” (F, 43 anos e

ensino médio completo). A única informante que recebia ajuda, com frequência, tinha esse apoio de sua filha, no horário que ela não estava na escola. Os dois artesãos mencionaram que ajudavam suas esposas quando podiam. Esses discursos enfatizam o peso dos discursos que evocam o trabalho doméstico como feminino.

A necessidade de assumir uma dupla jornada de trabalho, ou seja, de cuidar dos membros da família mesmo tendo um trabalho remunerado pode ter estimulado depoimentos que evocavam a necessidade de ajuda tanto para produzir artesanatos quanto para realizar atividades domésticas. Embora nenhum cônjuge ajudasse na produção, alguns contribuíam com a comercialização, na entrega dos produtos aos clientes, na obtenção das matérias-primas e na montagem das barracas onde eram expostos os produtos.

Apesar da satisfação de todos os artesãos com os resultados do seu trabalho, três informantes do sexo feminino afirmaram que os membros de suas famílias tinham reclamado e considerado desnecessário investir nesta produção. As reclamações eram feitas em função da “*bagunça*” causada com a realização das atividades e da pouca renda obtida com as vendas. Conforme depoimento de duas entrevistadas,

Eles reclamam um pouco né, da bagunça que fica. Mas me ajudam bastante a trazer para praça, levar de volta. Sempre estão dando uma força (F, 55 anos, ensino médio completo).

Eles acham que eu sou meio doida, porque agente vem e não vende. Mas eu sempre tenho e eles não têm nada. Aquilo que vai pingando eu guardo. Às vezes eles que precisam da minha ajuda e eles têm o salário deles. Então eu falo com eles, pois é, eu que pingo, eu que faço fatura. (F, 43 anos, ensino médio completo).

Uma artesã informou que os familiares insatisfeitos passaram a aceitar o trabalho com artesanato quando foram beneficiados com a renda conseguida com a comercialização destes produtos. Nas palavras desta informante, “*Meu marido que, inicialmente, reclamava, esta satisfeito já que com a minha ajuda estamos investindo na construção da casa própria*” (F, 34 anos e ensino médio completo). A insatisfação de alguns cônjuges, de certa forma, era fortalecida pelo modelo que prescreve deveres e obrigações dos sujeitos sociais. Alguns membros das famílias dos artesãos estavam insatisfeitos com a atividade de produção de artesanatos que “*desorganizava o espaço doméstico*”, principalmente quando a atividade remunerada da artesã contribuía pouco com a renda familiar.

Todos os artesãos estavam satisfeitos com a produção e gostavam de expor e divulgar seus trabalhos para a sociedade. Além disso, a experiência de participar da associação, estava

permitindo os artesãos aumentar a venda dos produtos. Com isso, sentiam-se mais estimulados a continuar investindo na produção artesanal. Além disso, a maioria dos informantes considerava *“prazeroso reunir com outros membros para conversar e trocar informações. Essas experiências estimulavam o grupo a investir diariamente em seus trabalhos”*. Todos acreditavam que o trabalho conjunto facilitava a conquista de melhorias para os artesãos. Alguns mencionaram que apoios sociais, econômicos e políticos da Prefeitura, EMATER e DAC eram mais facilmente negociados e conseguidos em função de ser o grupo identificado como associação. Por outro lado, a comercialização realizada em grupo atraía um grande número de clientes. Além disso, os produtos eram mais valorizados por serem produzidos por pessoas identificadas como membros de uma associação. Nas palavras da presidente da associação, membro desta organização há aproximadamente seis anos:

Acho que é muito importante porque agente se sente valorizada. O valor que agente tem é em função do que agente faz. Acho que todos têm o seu valor. Quando você chega e fala que faz parte de uma associação, então é uma forma de propaganda. As pessoas vêm ver uma barraca aí olha a minha, entendeu, então quando faz parte da associação a divulgação é melhor. Com esta integração fica mais fácil conseguir apoio da prefeitura e de outras instituições com conseqüente valorização do trabalho dos artesãos e maiores possibilidades de aumentar a renda obtida com a produção. Com isso os associados sentem-se mais estimulados a produzir (F, 34 anos e ensino médio completo).

Nesta perspectiva a produção de artesanato e a participação em uma associação foram vivências consideradas importantes já que significaram possibilidade de aumentar a renda por meio de atividades que o grupo gostava de realizar, bem como de reforçar, socialmente, o valor de seus produtos e trabalhos. A experiência de produzir artesanatos como membro de uma associação deve ser compreendido como oportunidade que a mulher tinha de reivindicar junto à administração pública vantagens para sua produção. Essa discussão permite compreender os sujeitos da pesquisa não em uma posição passiva na relação com o trabalho doméstico e o trabalho na associação, mas como sujeitos que negociavam com as construções sociais impostas diariamente.

O trabalho de produção de artesanatos realizado, na maioria das vezes por mulheres, no espaço doméstico, foi fortalecido pela estratégia destes sujeitos sociais em se associar a um grupo de artesãos. A partir dessa experiência o grupo tem conseguido, com muita perspicácia, negociar politicamente e conseguir melhorar sua produção, aumentar sua renda e ser



valorizada no mercado de trabalho. Além disso, tem conseguido conciliar a produção de artesanato com o trabalho doméstico, sem ter que contratar outra pessoa e, com isso, comprometer a renda familiar. Por outro lado, com esta atividade tem amenizado o peso do trabalho doméstico considerado, pela maioria, “*cansativo*” e “*repetitivo*”, já que ocupa parte do seu tempo com a produção de artesanato, considerada pelos informantes, um trabalho prazeroso que, em certa medida, proporciona à artesã mais autonomia financeira.

Mesmo que os artesãos não tivessem rendimento elevado com a produção de artesanato estavam quase sempre algum dinheiro e, com isso, podiam contribuir com a renda familiar, sem ter que dispor aos horários e à rigidez de um trabalho assalariado, no mercado de trabalho.

Como membro de uma associação de artesãos, as mulheres estavam conseguindo transcender as funções de esposa, mãe e responsável pelas atividades domésticas que foram historicamente sendo reforçadas como obrigação feminina. Se por um lado o investimento na produção de artesanato obriga a mulher a ter que assumir uma dupla jornada de trabalho, por outro, torna-se necessário considerar esta produção como estratégia que permite amenizar o peso das desvantagens de ser mulher. Mesmo diante do peso da dupla jornada de trabalho este grupo buscou, a partir da estratégia de se associar a um grupo de artesãos, dialogar junto à prefeitura, EMATER e DAC, em busca de melhorar suas condições socioculturais e econômicas, reforçando a condição feminina como historicamente construída e, por isso, possível de ser negociada.

Apesar da interface entre associação e administração pública ter sido considerada condição importante para conferir poder de negociação aos membros da associação, todos os entrevistados acreditavam que no município de Viçosa outros investimentos públicos deveriam ser iniciados. Argumentaram que os membros precisavam ser estimulados e motivados a participar mais das reuniões, sentiam necessidade de divulgar mais o trabalho realizado pelo grupo, acreditavam que a prefeitura e a UFV poderiam apoiar mais a associação se conhecessem melhor as atividades desenvolvidas, considerada por ela, muito importante para a economia viçosense. A atual presidente da associação aceitou assumir o cargo com a proposta de integrar mais os membros da organização. Apesar desse interesse informou ter encontrado muitas dificuldades como falta de apoio da antiga presidente. Mencionou que apesar de não ganhar financeiramente nada com este trabalho gostaria de oferecer às outras pessoas as mesmas possibilidades que ela tem de obter renda com a produção artesanal.

Essas vivências particulares fundamentadas em significados e práticas contextuais atribuídos ao trabalho doméstico, à produção de artesanato, à associação e à administração pública possibilitam repensar alguns modelos conceituais que reforçam trabalhos informais e aqueles realizados em uma associação como um “mal necessário” para aqueles que não tiveram oportunidades de emprego no mercado de trabalho. A diversidade de argumentos suscitados para discorrer sobre a importância do artesanato possibilita reforçar significados e práticas em torno dos objetos do mundo social como historicamente construídos pelas possibilidades sociais, culturais e econômicas vivenciadas pelos sujeitos sociais.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivo compreender, em uma Associação de Artesãos do município de Viçosa, MG, constituída, principalmente, por “mulheres”, relações socioculturais e econômicas que fundamentam representações e práticas em torno da produção e comercialização artesanal e do trabalho doméstico.

Os dados que informam a participação de apenas dois “homens” no grupo contribuem para reforçar discussões de gênero que enfatizam a atividade de produção de artesanatos, no contexto desta associação, como uma atividade feminina. Por outro lado, essa ocorrência, também, possibilita refletir sobre a necessidade de considerar o peso das experiências e vivências particulares dos sujeitos sociais como reforçadoras da divisão sexual do trabalho. Além disso, considerar as negociações desse sujeito para inserir em um grupo constituído em sua maioria por mulheres. Como exemplo dessa ocorrência pode-se mencionar depoimentos de um dos artesãos que considerava a *habilidade* da sua esposa em realizar trabalhos manuais como um critério importante para a divisão das responsabilidades de produção de artesanato entre eles.

A maioria dos informantes estava satisfeito com esta produção em função do recurso financeiro obtido com esta atividade que estava contribuindo para aumentar a renda familiar, pagar dívidas familiares, investir na construção de um imóvel próprio e melhorar a renda obtida com a aposentadoria. Essa participação no orçamento familiar foi compreendida como necessária uma vez que aumentava as possibilidades da mulher de participar nas decisões financeiras no universo doméstico.

Embora tenha sido o salário um dos critérios que tenha estimulado o investimento na produção do vestuário, ele foi relativizado pelo benefício pessoal conseguido com a realização

desta atividade, já que esta foi, também, considerada por todos os atores sociais uma terapia. Além disso, alguns informantes mencionaram que esta atividade, realizada dentro do espaço doméstico, permitia obter renda e tornava mais fácil a dupla jornada de trabalho das artesãs, responsáveis pelo trabalho doméstico. Por outro lado, outras artesãs optaram por produzir o artesanato “fora do espaço doméstico” para dedicar mais tempo a essas atividades e conseguir maior rendimento de sua produção. O envolvimento na produção de artesanato permitia, de certa forma, a artesã dedicar menos tempo aos serviços da “casa”. Essa discussão reforça a necessidade de contextualizar construções sociais de gênero, considerando as várias possibilidades de negociações de alguns sujeitos da pesquisa que conseguiam, com o investimento na produção de artesanato, amenizar o peso da dupla jornada de trabalho e a sobrecarga do trabalho doméstico.

Todas as artesãs sentiam necessidade de receber ajuda de seus membros familiares. Consideravam que os cônjuges contribuía pouco nas atividades domésticas, na maioria das vezes, pela experiência e vivência social destes sujeitos sociais que passaram a compreender o serviço “da casa” como atividade feminina.

Mesmo que todos os artesãos considerassem o trabalho importante, alguns destes informantes, todos do sexo feminino, explicitaram a insatisfação dos membros de sua família que reclamavam da “bagunça” ou consideravam o investimento desnecessário, já que nem sempre os artesanatos eram vendidos. Uma “bagunça” que, de certa forma, contribuía para manter o ambiente da casa desorganizado. Essa ocorrência dava direito à família de reclamar, principalmente quando a renda obtida do trabalho era reduzida, o que contribuía para que as artesãs sentissem, algumas vezes, desestimuladas a continuar produzindo.

Nessa perspectiva, participar da associação foi compreendido como prática importante uma vez que permitia a mulher negociar com as dificuldades experimentadas com esta produção. Todos estavam satisfeitos em serem membros da associação já que conseguiram, com esta experiência, negociar, junto à administração pública e aos consumidores, melhores condições de trabalho. Essas estratégias permitiram aos artesãos valorizar o seu trabalho, aumentar a venda dos produtos e, com isso, o rendimento obtido com a comercialização. Para a maioria dos informantes o trabalho conjunto facilitava a conquista de melhorias para o grupo já que a comunidade tinha maior interesse em apoiar; permitia divulgar mais seus produtos, por que a comercialização conjunta atraía um número maior de clientes e, além disso, os consumidores tinham mais interesses nos produtos quando o artesão era identificado como membro de uma associação.

Embora os dados da referida pesquisa não possam ser generalizados para outros grupos, no entanto podem servir de referência para outros trabalhos, no intuito de reforçar a importância de compreender vivências particulares como reforçadores de significados e práticas dos sujeitos sociais.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **Dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 160p.

BRUSCHINI, C. **Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** Campinas: UNCAMP, 1998. 37p. (Trabalho apresentado no Seminário Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios realizado no NEPO/UNICAMP).

CAPITANI, D. H. D.; GARAVELLO, M. E. P. E. A atividade artesanal com fibra de bananeira sob a perspectiva do ecodesenvolvimento. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

COSTA, L. Aumento da participação feminina: uma tentativa de explicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. V. 2, **Anais...** ABEP, 1990. p. 231-243.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Desigualdades de gênero no mercado de trabalho Informal**. Acesso em 25 de março de 2009. Disponível em <<http://www-ilo-mirror.cornell.edu/public/english/employment/strat/cecp/download/brasil.pdf#page=179>>.

D'ÁVILA, S. M. G. **O significado do trabalho feminino para famílias de trabalhadoras de uma indústria de confecção em Fortaleza, CE**. 1999, 130p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa.

DURHAM, Eunice. Família e reprodução humana. v.3. Rio de Janeiro: **Perspectiva**. 1983, p13-43.

GOIS, Antônio. Mulher tem maior renda em 30% das casas. **Folha de São Paulo**. Cotidiano. C3. 08 Mar. de 2009.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, (17/18) 2001/02: pp.139-156 . Acesso em 25 de março de 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06.pdf> >.

HOLZMANN, L. **Divisão social do trabalho**. In: Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 84-87.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. E. A. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 23, p. 355-367, 2006.

LIMA, Jacob Carlos. **Trabalho informal, autogestionário e gênero**. Acesso em 25 de março de 2009. Disponível em <<http://sixmomtopmen.59.to/index.php/fchf/article/viewPDFInterstitial/478/405>>.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 179p.

MENDES, Mariuze Dunajsk. **A fragmentária história da fabrica de moves Martinho Schulz: tradição e modernidade na produção artesanal com fibras de Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós Graduação em Tecnologia. UTFPR. Curitiba/PR. 2005. 210p.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. 342p.

NUNES, Maria Albina Machado. **Artifícios sem arte: o trabalho e a formação das mulheres em uma indústria cerâmica de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação. UFSC. Florianópolis/SC. 2006. 110p.

POSTHUMA, Anne Caroline. **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios e emprego e competitividade**. 1999 472p. Disponível em: <http://www-ilo-mirror.cornell.edu/public/english/employment/strat/cerp/download/brasil.pdf#page=179>

RAGO, L. Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e Historia**. 1 ed. Florianópolis: editora das Mulheres, 1998. [http://www.projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\\_feminista.pdf](http://www.projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf)

WAJNMAN, S. PERPÉTUO, I. H. **A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. Belo Horizonte: Nova Economia, 1997.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego** – Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.